

SITUAÇÕES GERAIS QUE INTERFEREM NA ESCOLARIZAÇÃO DO DEFICIENTE FÍSICO

Carmen Pardo Salata



RESUMO: O objeto desta pesquisa é a identificação de situações gerais que interferem na escolarização do deficiente físico, tendo no método crítico-dialético a perspectiva teórica e a história de vida como recurso para conhecer alguns alunos do Centro de Educação para Deficientes Físicos na cidade de Campo Grande/MS. Como critério de análise foram comparadas as deficiências diferentes entre si para determinar graus de dificuldade na trajetória escolar. A partir do estudo, foram constatados alguns aspectos importantes que influenciam decisivamente no processo de escolarização dos deficientes físicos, tais como organização política, integração social, políticas sociais específicas, acessibilidade, vontade política e instituições filantrópicas.

PALAVRAS-CHAVE: Escolarização; Deficiente físico; Integração.

ABSTRACT: The object of this research is the identification of general situations that interfere in the physical deficient school process, having on the method dialectic-critical the theoretical perspective and the life history as resource to know some students of the Education Centre of Physical Deficients in Campo Grande – Mato Grosso do Sul, Brazil. As analysis approach was compared the different deficiencies to each other to determine difficulty degrees in the school trajectory. Starting from the study, were verified some important aspects that influence decisively in the process of physical deficient school process of the physical deficient, such as political organization, social integration, specific social politics, accessibility, political willingness and philanthropic institutions.

KEYWORDS: School process; Physical deficient; Integration.

1. INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa² é o de identificação das situações gerais que interferem na escolarização do deficiente físico, tendo no método Crítico-Dialético a perspectiva teórica, e a história de vida, para conhecer cinco sujeitos no CEMDEF - Centro de Educação para Deficientes Físicos em Campo Grande-MS. Na pesquisa realizada adotou-se como critérios de seleção: pessoas com deficiência física que tivessem concluído pelo menos uma etapa de escolarização e que suas deficiências fossem diferentes entre si, pois se acreditou que o grau de deficiência poderia determinar as dificuldades em sua trajetória escolar. Nomes fictícios foram utilizados para preservar a identidade dos sujeitos: Marcelo: solteiro, deficiente a partir de três anos de idade, atualmente cadeirante com distrofia muscular. Concluiu o ensino fundamental em 1998, atualmente está cursando História. Alice: nasceu sem a mão esquerda, é divorciada, concluiu o ensino fundamental, em 1998, prepara-se para o vestibular; trabalha como telefonista. Vanda: concluiu o ensino superior, em 1998, é psicóloga, nasceu sem os braços, isto é, suas mãos situam-se na região dos ombros e trabalha no CEMDEF. José: solteiro, artista plástico, teve poliomielite, usou muletas canadenses até 1998, atualmente é cadeirante. Concluiu o ensino fundamental em 1985 e não deu continuidade aos estudos, faz teatro e produz artesanato. Antônio: teve poliomielite com dois anos de idade e atualmente usa muletas, concluiu o ensino médio e trabalha em uma organização não governamental. Nas entrevistas com os sujeitos, teve destaque a trajetória de vida e sua relação com a escola bem como a integração escolar foi uma condição fundamental. A revisão bibliográfica baseou-se em teóricos especialistas em Educação especial e na legislação brasileira desta área. Assim, a concepção de deficiência adotada tem base legal.

Para a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE (1996) considera-se

Pessoa Portadora de Deficiência aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades, dentro do padrão normal para o ser humano.. Para a Organização Mundial de Saúde (OMS-1989) a estimativa do portador de deficiência física é de 2% no Brasil e existem divergências entre autores a respeito do termo “portador”. Segundo Amaral (2000, p.8) “portar uma deficiência não é um termo adequado, por não ser possível “deixar” a deficiência em casa quando saímos para a escola ou para o trabalho; portamos objetos como óculos, carteira” e recomenda a substituição dos termos “portadores de” para “pessoas com”. Na área educacional, Monteiro (1997) reflete sobre a integração nas práticas educacionais como discriminatórias tanto as comuns como a especial, confirmando que ainda é entendido como decorrência de boa vontade dos professores, alunos e pais, grande desafio para a educação especial. A Integração tem duas dimensões: individual e social, portanto, é passível de construção, requerendo-se qualidade nas relações entre a família, deficiente, comunidade e escola. Nos estudos de Apolloni e Cooke (1999) observou-se que a integração não depende de um único fator, como a ocupação do mesmo espaço físico por indivíduos normais e especiais, a interação entre eles vai depender de programas especiais. Em estudo realizado por Manzini (1999) aponta que “nem sempre a separação física significa necessariamente segregação, assim como a proximidade física não é garantia de integração”. Há, entretanto necessidade de interação efetiva entre deficientes e não deficientes para compatibilidade no ensino regular, especial, alunos, professores e comunidade escolar.

2. SIGNIFICADO DA ESCOLARIZAÇÃO NA VIDA DO DEFICIENTE

Sabe-se que a educação faz parte de uma complexa estrutura sócio-política e econômica, não podendo dar conta de forma

isolada em “resolver problemas”. Exemplificando: o acesso à escola, ao mercado de trabalho e as políticas públicas. Nesse sentido considerando que as pessoas deficientes têm oportunidades diminuídas para freqüentar a escola, “a lei” reforça o sentido de proteção, o que vai compensar todos os cidadãos em situação de vulnerabilidade. Nem sempre o seu acesso à escola é realizado de forma tranqüila, e até mesmo a sua permanência acontece de forma diferenciada, se comparadas com os alunos não deficientes físicos. Suas reivindicações são: condições como maior número de escolas adaptadas com eliminação de barreiras arquitetônicas, maior empenho e maior compromisso político em todas as esferas de governo.

A busca e o reconhecimento de ser cidadão está vinculado aos conceitos de reconhecimento de direitos universais, de igualdade, de cidadania³, requerendo maior participação de deficientes em movimentos populares, associações, Conselhos de Direitos e Fóruns. Sendo considerados como canais de livre expressão política, oportuniza condições básicas de sobrevivência cidadã, exige lutas concretas da população. De um lado, instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais, ou uma forma de despolitizá-las para frentes menos conflitivas na relação capital-trabalho. De outro lado, espaço de expressão de interesses contraditórios das classes sociais. A luta pela nova cidadania se evidencia, também, no movimento de retorno ao Estado de direito, no debate em torno da questão dos direitos humanos. A crescente multiplicação de movimentos sociais no Brasil como forma de mobilização e criação de espaços de prática política, faz dos confrontos com o Estado (em função de reivindicações coletivas) elementos fundamentais na construção da cidadania. Há, portanto um movimento direcionado das classes subalternizadas, lutando por sua sobrevivência, organizando-se e apelando para o atendimento de seus direitos sociais como educação, saúde, trabalho, renda, alimentação e moradia. Este

movimento envolve processos de esclarecimento, arregimentação, debate e mobilização, que supõe a liberdade e a resistência à opressão. (KOVARICK, 1977). Mas foi somente em 1998 que a atenção do Ministério da Educação se voltou concretamente para a Educação Especial na LDB – lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incorporando ações mais específicas nos artigos 58, 59 e 60 de forma mais ampla se comparada com a mesma legislação de 1960.

Essa mudança não está atrelada a nenhum reconhecimento humano, de justiça social, de natureza ética. A intenção de incluir o portador de deficiência na escola tem como necessidade o desenvolvimento da força de trabalho exigido pela sociedade moderna. Os preceitos constitucionais atuais determinam que o direito à educação das pessoas portadoras de deficiências deve ser garantido pelo Estado por meio de um “Atendimento educacional especializado” preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, inciso II da Constituição Federal). O artigo 2º da Lei Federal nº 7853/89 que dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência também explicita que “Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação”.

3. TRAJETÓRIA DE VIDA DA PESSOA DEFICIENTE E A RELAÇÃO COM A ESCOLA

Na escolarização comum o processo de integração do indivíduo à sociedade é realizado de forma completa, diferenciando-se da escolarização do indivíduo deficiente. Ao fazer uma comparação, as diferenças se sobressaem porque fogem do padrão comum de comportamento físico dos sujeitos considerados como normais. A influência do contexto social na vida do deficiente tem um peso maior que da própria patologia e o grupo coletivo altera o comportamento do deficiente influenciando-o de forma segregadora, essa

alteração se processa principalmente quando existe exclusividade no atendimento, segundo estudiosos da área. Há inúmeros problemas a ser enfrentados: a estrutura de apoio da escola, a ausência ou insuficiência de equipamentos e materiais pedagógicos; o ambiente físico da escola; as dificuldades decorrentes da própria deficiência física do aluno e o estigma que acompanha o aluno deficiente. Sobre esse aspecto Omote (in: Manzini, 1999: 51) afirma que “é a natureza da incapacidade e não necessariamente a gravidade do comprometimento que leva a estigmatização de algumas diferenças”. O depoimento de Vanda confirma essa posição.

A escola pública até a 8ª série era o centro da minha vida. Durante as aulas havia sempre um comportamento igual dos professores que se justificavam sempre que não tinham preparo para lidar comigo. Somente eu portava deficiência. Com relação aos outros alunos existia uma diferença sutil, tinham um comportamento velado. Eu percebia a discriminação nas “entrelinhas”. Fui desenvolvendo um mecanismo de compensação ao longo da vida acadêmica, procurando sentar-me sempre à frente; cumprindo à risca todas as exigências. Não havia outra alternativa, era um desafio constante de reação à pressão do grupo. Houve muito sofrimento para mim porque as tensões eram sucessivas. Competir para vencer barreiras externas gerou muito conflito.

Para José:

Quando eu estava entre deficientes físicos, o clima era de igualdade, com diferenças apenas no tipo e grau de deficiência. Eu convivia com pessoas nas mesmas condições dentro daquela escola clínica. Até aos 12 anos de idade eu não havia sentido de perto o preconceito, a superproteção, enfim, a diferença. A mudança na minha trajetória de vida ocorreu quando passei para a escola pública, eu conheci, a partir daí — era em 1979 aproximadamente — um outro lado da vida e do preconceito das pessoas.

Em seu depoimento sobre trajetória de vida e relação com a escola, Antônio aborda com maior ênfase o pré-primário (cursado na década de 1980):

A minha relação com a escola foi muito sofrida mas enfrentada com muita coragem para um menino tão pequeno (6 anos), em Três Lagoas, MS. Até então eu não tinha aparelho na perna, nem muletas, apenas me arrastava pelo chão, única forma de me locomover. A partir da primeira matrícula, comecei a freqüentar sala de aula graças à disponibilidade da minha mãe que me carregava no colo, prática que durou nos quatro anos do primário. As minhas dificuldades não eram com os professores daquela escola pública, que lecionavam para a classe toda sem me discriminar. Fui muito rejeitado pelos colegas e a lembrança do primeiro aprendizado, da alfabetização com esta experiência, ainda hoje traz muita dor.

A partir da análise da relação entre trajetória de vida e a escola é possível registrar algumas situações recorrentes: a relação de dependência com a família, a ausência de transporte para a escola e a competição em sala de aula, alvo de comparações em seu desempenho até pelos próprios professores que os colocavam sempre em situação de destaque negativo. Sobre isto, Alice afirma em seu relato:

Eu sempre estudei em escola pública, mas na primeira série é que fui perceber que “era a novidade”, ficava com vergonha mas não existia a revolta. Eu sabia também que a minha vontade de estudar era maior e que eu podia superar. Até a 4ª série a minha relação com a escola foi tranqüila, pelo menos eu não percebia a discriminação, porque ela se apresentava de forma velada, nada muito explícito. Até a 4ª série eu tinha auto-estima. A minha relação com a escola modificou-se a partir da 5ª série na prática do esporte. As dificuldades foram muitas com a professora dessa disciplina e os colegas de classe. Fui literalmente excluída pela minha incapacidade de pegar a bola.

Ao comparar-se o relato das dificuldades e facilidades vividas pelos sujeitos da pesquisa, o grau de limitação física foi um fator determinante em muitas situações. Durante os contatos com os entrevistados verificou-se que as mesmas experiências vividas em épocas distintas foram tratadas de formas diferentes. Afirmaram ainda que a Constituição Federal e as Leis infra Constitucionais⁴ geram poucos benefícios porque não são respeitadas, contrariando a concepção de cidadãos de direitos pelos órgãos públicos encarregados de prestar-lhes assistência. Através dos depoimentos dos entrevistados foi possível constatar que todas as dificuldades de acesso aos benefícios sociais se processam de forma bastante semelhante. A diferença está no grau: para alguns foi mais fácil, enquanto para outros as dificuldades foram bem maiores.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das situações gerais que interferem decisivamente na trajetória escolar do deficiente físico, a que teve maior peso foi o preconceito indiscriminado na sociedade, em especial no cotidiano das escolas, seguido das barreiras arquitetônicas, a ausência de vontade política dos governos, o desconhecimento da política social e a reduzida participação política dos deficientes físicos. Com muita relevância na vida dos deficientes físicos, sujeitos da pesquisa, destaca-se a função das instituições filantrópicas para a manutenção da oferta de benefícios sociais gerais, pois os governos destinam recursos insuficientes à integração dos deficientes na sociedade, eximindo-se das políticas públicas instituídas e das responsabilidades delas decorrentes. Entretanto os sujeitos reconheceram que é preciso maior organização para influenciar a vontade política e obter o conseqüente apoio da sociedade para exigir o cumprimento das leis na satisfação dos direitos dos deficientes.

Além destes, outros fatores também foram considerados como elementos

fundamentais no processo de identificação de situações que influenciaram a escolarização dos deficientes físicos. Algumas dessas situações são de natureza subjetiva, política, ideológica e da própria organização da sociedade civil diante do enfrentamento de uma realidade adversa. Citemos um exemplo disto.

Um aspecto importante a ser destacado nos depoimentos refere-se à questão da auto-estima. Sobre essa dimensão, Marques (*apud* Mantoan, 1997, p. 19) conclui em seus estudos que o ser humano busca nos outros a identificação do que lhe é semelhante e do que lhe é diferente, possibilitando ao indivíduo reconhecer-se como tal, decorrendo daí o seu próprio ajustamento à realidade que o circunda. Nessa relação, o indivíduo passa a buscar o que existe de semelhante e diferente nos outros, construindo, assim, o seu auto-reconhecimento e entrando em conflito nesse processo. Há, portanto, o confronto entre o que o indivíduo “é” e o que ele pode vir a “ser”. O autor amplia sua reflexão afirmando que essa possibilidade desestrutura o seu reconhecimento originário de identificação com resultados de repulsa pela diferença.

Esse é um mecanismo que faz parte da natureza humana visto hoje como um dado a mais do universo plural em que vivemos: faz parte da existência humana. Em razão desse quadro, a proposta da pesquisadora apontou que seria necessário ampliar um trabalho conscientizador a partir do próprio deficiente físico, de sua família (que deve estar engajada nesse processo) e da sociedade em geral, na maioria dos casos bastante desinformada sobre o assunto. Apresentar à diretoria do CEMDEF os resultados da pesquisa e a disposição dos sujeitos em organizar-se para ações políticas, destacando a história de vida de cada um. Aqui está incluída a forma como conseguiram passar pela experiência da escolarização, evidenciando com ênfase a superação de cada dificuldade que vivenciaram, em comparação aos indivíduos não possuidores de deficiências físicas.

Esta situação de comparação foi muito presente entre todos eles. O grau de deficiência física e as dificuldades de locomoção serviram de parâmetros para se analisar as condições gerais que influenciaram na vida escolar de cada um e na determinação de seus limites. Considerou-se que o tema escolhido foi relevante, em razão da necessidade de se identificar situações vividas pelos sujeitos da pesquisa. Isto porque os depoimentos deram bem a medida e o grau distinto de dificuldades vividas pelos entrevistados. Para a grande maioria dos sujeitos da pesquisa, a escola foi considerada como o centro da vida. As maiores ou menores dificuldades demonstraram a realidade complexa que envolve a vida cotidiana dos deficientes físicos.

Apesar de vários dispositivos legais terem sido criados para a inclusão dos deficientes físicos no âmbito do sistema escolar, conclui-se que ainda não existem recursos humanos suficientes e preparados, bem como equipamentos para atender a demanda, adequando ensino e aprendizagem em condições mais humanas. Ainda, que existe descaso por partes de algumas escolas públicas e privadas, que consideram ser o aluno deficiente físico como um problema de responsabilidade da família, da comunidade e por último da escola. Comprovou-se que em suas trajetórias de vida os deficientes físicos sofreram discriminação da escola pública, por negligência de alguns diretores e professores com relação à situação de ensino-aprendizagem às suas reais necessidades de alunos deficientes físicos. Provavelmente entre muitos esta negligência esteve associada também ao desconhecimento de seus direitos quanto à proteção social requerida pela Lei 7853/89.

Como medida necessária, que os cursos de graduação ampliem espaço para estágio supervisionado nessa área especial, bem como a oferta de uma política intensiva do Ministério da Educação, na manutenção de programas de capacitação continuada de docentes em todos os níveis do ensino, estendendo-se para a comunidade. Analisou-se também como necessidade, a participação de representação da escola pública nos Fóruns e Conselhos de Direitos das Pessoas com Necessidades Especiais de forma sistemática, para manter o debate sobre as questões pertinentes dessa área, o que facilitará a compreensão das questões que permeiam a vida do deficiente físico. Particularmente, nesta pesquisa o comportamento de mais aceitação dos próprios limites físicos esteve mais presente entre o entrevistados cujas idades são superiores a trinta anos do que os mais jovens. Porém foi de consenso na opinião dos sujeitos, que nos últimos cinco anos as campanhas oficiais por meio da televisão levou à sociedade uma discussão mais ampliada. Entretanto afirmaram que ainda no interior das escolas há necessidade de um trabalho contínuo de ações educativas mais concretas sobre as necessidades dos cidadãos deficientes físicos.

T & M

Texto recebido em agosto de 2008.
Aprovado para publicação em outubro de 2008.

SOBRE A AUTORA

Carmen Pardo Salata é Mestre em Educação e Docente do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

NOTAS

² Este artigo sintetiza a Dissertação de Mestrado em Educação (2000).

³ O conceito de cidadania é ambíguo, historicamente marcado pela perspectiva liberal e utilizado em sentidos diversos. Ora significa a perspectiva de eliminar diferenças, uma expressão de igualdade de todos, em sua acepção mais ampla conforme aponta o jurista Dalmo Dalari (1984) a noção de cidadania busca expressar a igualdade dos homens em termos de sua vinculação jurídica a um determinado Estado. Não há, portanto, cidadão que não seja cidadão de um Estado. A condição de cidadão está vinculada à legislação do Estado. Portanto, este tem o poder de definir os condicionantes do exercício da cidadania. O cidadão constitui uma criação do Estado que vai modificá-lo a partir de seus interesses.

⁴ Constituição Federal; resguardou ao deficiente os direitos de cidadania como participante da sociedade: Lei Orgânica da Assistência Social; Estatuto da Criança e do Adolescente; Lei Orgânica de Saúde; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional O Decreto 914/93 que instituiu a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência por meio da lei 7853/89, dispõe sobre o apoio ao deficiente, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público. A Lei 8112/90 dispõe sobre os cargos e empregos públicos, destinando-lhes até 20% das vagas oferecidas; Lei 8213/91 dispõe que a habilitação e reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiências, os meios para a (re) educação e (re) adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vivem (Figueiredo, 1997:66). Por meio desta lei fica assegurado entre 2 a 5% das vagas para pessoas deficientes em empresas com mais de 100 empregados. Na Constituição Federal de 1988 destacam-se três ¹ artigos: Art. 203 – Garante a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência física e a promoção de sua integração à vida comunitária. Art. 227 e artigo 244 – Defende e facilita acessos adequados a logradouros e edifícios públicos fabricação de veículos de transporte coletivo e adaptação dos já existentes, assegurando a participação do deficiente na vida normal de sociedade. A Lei 8.742/93 de 1/12/93, Lei Orgânica da Assistência Social, garante salário mínimo mensal aos deficientes que não possam se manter em suas necessidades básicas desde que comprovem receber renda menos que 1/4 do salário mínimo mensal. Este é um benefício não contributivo. A Lei 8.899/94 Concede passe livre interestadual ao deficiente carente de recursos que, por motivo justificável, necessite deslocar-se para outro estado da federação. Ao deficiente é, também, facultado adquirir veículo, adaptado às suas condições físicas, com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI (Lei 8.199/91 de 28/6/91), conseqüentemente Imposto de Circulação de renda menos que 1/4 do salário mínimo mensal. Este é um benefício não contributivo. A Lei 8.899/94 Concede passe livre interestadual ao deficiente carente de recursos que, por motivo justificável, necessite deslocar-se para outro estado da federação. Ao deficiente é, também, facultado adquirir veículo, adaptado às suas condições físicas, com isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados-IPI (Lei 8.199/91 de 28/6/91), conseqüentemente Imposto de Circulação.

REFERÊNCIAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. Fórum Nacional de Normalização. **Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 1994.

BRASIL. **Constituição Federal do Brasil – 1988**. Brasília. Imprensa Nacional, 1999.

Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência- Lei 7853/89.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação - L.D.B. – n. 9394/96. Brasília, 1996.

Revista Integração, ano 7, n. 18 e 19, 1997, Mec -Secretaria de Educação Especial.

FIGUEIREDO, G. I. P. (Coord.). **Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência.** São Paulo: Instituto Brasileiro de Advocacia Pública; Ministério Público do Estado de São Paulo, 2002.

GLAT, Rosana. **A Integração de pessoas com deficiência física – Contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Edições Científicas Ltda. SENAC, 1997.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagem Qualitativa.** São Paulo, 1986.

MANTOAN, Maria Tereza Egler.. **A integração de pessoas com deficiência.** — MANZINI, Eduardo José. **Integração do aluno com deficiência: perspectiva e prática pedagógica.** CAPES /UNESP - Marília Publicações, São Paulo: 1999.

—. **A educação do deficiente físico.** São Paulo: SE/CENP, 1987.

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

REVISTA TEMAS & MATIZES

Versão eletrônica disponível na internet:

www.unioeste.br/saber